

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

GT Supressão Vegetal

Relato - Segunda reunião de trabalho

São Paulo, 10 de maio de 2016

O segundo encontro do Grupo de trabalho (GT) Supressão Vegetal deu continuidade aos debates sobre os gargalos na destinação de madeira oriunda de supressão vegetal autorizada (SVA), no contexto de grandes empreendimentos.

Para tanto, o grupo contou com apresentação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (Semas) quanto às especificidades desse processo no estado. Por sua vez, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) compartilhou os resultados da consulta pública “Potencialidades e Limites do Uso de Supressão Vegetal Autorizada (SVA)” e a empresa Engie apresentou plano de instalação de biorredutor para transformação da madeira de supressão em insumo energético, que poderia ser destinado à indústria metalúrgica.

A intensificação e avanço de grandes projetos de infraestrutura e mineração na Amazônia é acompanhada por atividades de retirada da vegetação, previstas e autorizadas pelos órgãos licenciadores. As dificuldades para destinação deste material fazem com que o mesmo acabe por degradar-se nos pátios de armazenagem. A depender do porte do empreendimento, trata-se de um volume substancial de madeira que, se bem aproveitado, poderia beneficiar cadeias florestais legais e a produção energética menos poluente.

As três apresentações do dia reforçaram de forma destacada a falta de um marco regulatório que possibilite controle de origem, de forma que a cadeia de custódia esteja rastreada desde a retirada da madeira até a chegada na serraria. Para o

projeto de biorredutor, ainda em fase de elaboração pela Engie, a falta de procedimentos adequados para que se comprove a origem legal dos insumos compromete o modelo de negócios, que apresenta a vantagem de se aproveitar madeira sem valor comercial, conhecida como refugo, promover a substituição de insumos ilegais nas cadeias produtivas e o aproveitamento energético. As possibilidades, nesse caso, são também limitadas por impedimentos legais referentes à exportação do carvão vegetal.

Uma das grandes preocupações da Semas, que licencia pequenos e médios empreendimentos no estado do Pará, é a viabilização da supressão vegetal sem que se permita a entrada de madeira ilegal na cadeia madeireira, posição que foi fortemente acompanhada pelo grupo. Há que se aprofundar oportunamente as vulnerabilidades específicas de SVA relativas a tais fraudes. A rastreabilidade da supressão vegetal aparece também como uma das principais recomendações da consulta realizada pelo Funbio, da qual participaram cerca de 50 representantes de ONGs e de entidades privadas e públicas.

Adicionalmente, o grupo destacou a necessidade de se atentar para a estruturação das cadeias locais. Para esse gargalo concorrem limitações legais que incidem sobre uso e comercialização da madeira e também capacidades produtivas locais. Muitas vezes, diz a Semas, os receptores selecionados não reúnem condições para processamento da madeira em tora. Além disso, no estado do Pará, para alguns tipos de empreendimento é possibilitada a comercialização e para outros apenas a doação, o que limita as possibilidades de aproveitamento, a eventual amortização dos custos da supressão vegetal para empreendedores, ou mesmo a geração de receita para comunidades locais, nos casos em que detém a propriedade da terra da qual a vegetação é suprimida. Um caminho que viabilize a comercialização dos produtos de SVA de maneira mais segura e simplificada aparece como um dos pontos fortes de trabalho para o GT.

De forma complementar aos avanços que se possa aventar no âmbito regulatório, o grupo identifica como oportunidade valiosa a inclusão da SVA em

certificações socioambientais voluntárias, como o selo Forest Stewardship Council (FSC). A introdução dessa categoria entre as práticas certificáveis poderia lançar luz sobre métodos de rastreabilidade da cadeia e também sobre possibilidades de comercialização, de forma controlada e transparente.

Foram destacadas, além do mais, as dificuldades operacionais dos órgãos licenciadores. De acordo com a Semas, apesar de os sistemas estarem atravessando um processo de modernização, licenças e notificações ainda são emitidas de maneira manual, o que torna os processos lentos e dificulta a fiscalização dos empreendimentos.

Por fim, a consulta realizada pelo Funbio, em parceria com a Engie, contrapôs os impactos positivos do uso de SVA – notadamente a geração de empregos e divisas – aos riscos de aumento de conflitos sociais em torno dos recursos. O grupo avalia que é preciso garantir a participação da sociedade e populações diretamente afetadas pelos projetos, de forma a não permitir que estas sejam alijadas do processo, sendo necessária a produção de salvaguardas.

Duas frentes de trabalho foram criadas no interior do GT: a primeira com compromisso de desenvolver aproximações com os órgãos reguladores a fim de estabelecer diálogo e discutir soluções sobre alguns gargalos; e uma segunda frente que deverá se debruçar sobre as questões que dizem respeito à atuação do mercado, com foco nas cadeias e no processo de certificação da madeira. Deve-se articular também no âmbito do GT uma moção a ser apresentada na próxima assembleia do FSC, em 2017.

A necessidade de engajar parceiros à iniciativa foi também reiterada, reafirmando-se a importância de mobilização ampla para garantir ampliação do quórum para as próximas reuniões e seminários a serem realizados.

Como próximos passos para o GT Supressão Vegetal ficaram acordados a mobilização para reunião a ser realizada em Belém ao final do mês de julho;

avanço na elaboração para moção relacionada à certificação da madeira oriunda de SVA; e aproximação com os órgãos reguladores a fim de dialogar sobre os entraves à destinação da madeira.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Mario Monzoni, Marcos Dal Fabbro, Graziela Azevedo, Kena Chaves e Miria Alvarenga (GVCes); Laura Oller e João Abud (International Finance Corporation – IFC); Ageu da Silva Vilácio (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB); Anna Beatriz de Brito Gomes (Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO); Fabio Abdala (Alcoa); Maria Augusta Botino (Suzano); Miguel Lanzaolo de Paula e Philipp Hauser (Engie); Vera Clau Weissman (BZDUZER); Alexandre Uhlig (Acende Brasil); Jacqueline Dow-Beer (consultora independente); Tobias Brancher (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Pará – SEMAS).

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Entre em contato:

Graziela.azevedo@fgv.br
(11) 3799-3502

Saiba mais:
www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia